

Alunos em débito farão provas

Os alunos das Faculdades Metropolitanas Unidas que estão boicotando o pagamento das mensalidades escolares poderão fazer as provas bimestrais mesmo estando em débito. O juiz Virgílio de Oliveira Jr., da 19ª Vara Cível, concedeu uma liminar neste sentido, ontem, beneficiando cerca de 400 alunos, até que se decida se valores cobrados pela FMU são abusivos ou não. E enquanto o ministro da Educação, Hugo Napoleão, ameaça revogar a decreto de liberdade vigiada, o Colégio Miguel de Cervantes reduziu sua mensalidade quase à metade.

No início de março, a diretoria da escola distribuiu uma circular com o cálculo de todas as parcelas do primeiro semestre. Em abril, por exemplo, a mensalidade de um aluno de 5ª a 8ª séries seria de Cz\$ 27.420,00 e do colegial Cz\$ 30.335,00. Há alguns dias, os pais receberam uma nova circular informando que os preços seriam reduzidos: Cz\$ 17.373,00 para os alunos de 5ª a 8ª séries e Cz\$ 20.619,00 para o 2º grau.

Os diretores do Miguel de Cervantes preferiram não comentar a redução dos preços, afirmando que

a escola pertence a uma associação sem fins lucrativos e que "não pode servir de exemplo ou modelo". Mas no comunicado aos pais, esclarecem que decidiram conceder o desconto, "com o intuito de dar uma solução, a mais ampla possível, às dificuldades que para algumas das famílias de nossa comunidade escolar representa assumir o pagamento das cotas escolares divulgadas anteriormente".

"AMEAÇOU DEMAIS"

Hebe Tolosa, presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares de São Paulo, irá a Brasília, amanhã, para entregar aos ministros da Fazenda, da Educação e do Gabinete Civil da Presidência um documento com 680 reclamações na cobrança das mensalidades. Ao comentar as declarações de anteontem do ministro da Educação, Hugo Napoleão, de que o decreto será revogado em 48 horas caso os preços não voltem a "níveis aceitáveis", Hebe afirmou: "O ministro já ameaçou demais. Está na hora de efetivar medidas."

Já o professor Sérgio Arcuri, vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Esta-

do — que reúne as escolas de 1º e 2º graus — disse que a medida significa um "retrocesso lamentável". Segundo Arcuri, são poucas as escolas que estão abusando e a revogação "comprometeria todo um universo". Desde a assinatura do decreto, o sindicato recebeu 90 denúncias contra os aumentos, todas anônimas e por telefone. "Vamos apurar as reclamações até a próxima semana, convocando todas as escolas. Elas deverão apresentar os valores cobrados de dezembro a março e vamos divulgar o nome das escolas que cobraram a mais", afirmou.

Também na próxima semana, o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo — Semesp, deverá encaminhar ao Ministério da Educação a planilha de custos das 183 faculdades e universidades particulares do Estado. "Queremos transparência. As mantenedoras que não enviarem planilhas serão relacionadas", afirmou Paulo Gomes Cardim, presidente do Semesp. Para ele, a revogação é uma "precipitação", pois são poucas as escolas que estão abusando na cobrança.